

ASSENTAMENTO RURAL IMBAUZINHO: SUA CONSOLIDAÇÃO E PERSPECTIVAS

Karolyna Aparecida Lima dos Santos – Universidade Estadual de Londrina
kyteni@hotmail.com

Ruth Youko Tsukamoto – Universidade Estadual de Londrina
ruth@inbrapenet.com.br

Introdução

Esse trabalho de pesquisa faz parte de um projeto maior que tem como tema “Os assentamentos rurais no Norte do Paraná: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação”. A possibilidade de pesquisar um assentamento rural é ter a oportunidade de desvendar os mitos construídos pela mídia.

O nosso objetivo principal é analisar o uso da terra no assentamento rural Imbauzinho; e especificamente verificar o nível tecnológico, os tipos de cultura introduzidos, como acontece a comercialização da produção dos assentados e identificar quais as perspectivas dos assentados em relação ao futuro do assentamento e de sua permanência no lote.

Em primeiro momento definimos a área a ser pesquisada, depois iniciamos os trabalhos de gabinete, ou seja, levantamento de dados dos Censos Agropecuários e bibliografias sobre a questão agrária e a luta pela terra no Brasil, sobre a implantação do MST e a atuação do governo perante a reforma agrária através de políticas voltadas à implantação de assentamentos rurais. Para o levantamento dos dados empíricos, formulamos um questionário e aplicamos em forma de entrevista no assentamento rural Imbauzinho. Após as entrevistas fizemos a tabulação de dados e a sistematização em forma de tabelas e gráficos. Os mesmos nos deram suporte para análise e elaboração da redação preliminar e final da pesquisa.

O assentamento rural Imbauzinho, localizado no município de Ortigueira – PR, fica aproximadamente 190 Km de Londrina –PR, numa área de relevo acidentado e solos poucos férteis. O assentamento localiza-se à margem direita da BR 376, cerca de 25 Km da sede do município, no sentido Ortigueira - Ponta Grossa. Ver figura 01.

1. O quadro fundiário do Brasil e as ações do MST

1.1 Gênese e evolução do quadro fundiário no Brasil

A questão agrária brasileira é caracterizada por uma grande concentração de terras que se estende desde o período colonial. A sociedade passou por diversas transformações até os dias atuais, no entanto carrega consigo características remotas, dignas de atenção e discussão no bojo da atual sociedade.

OLIVEIRA (1995) afirma que:

“Primeiro foram às capitânicas hereditárias e seus donatários, depois foram às sesmarias. Estas estão na origem de grande parte dos latifúndios do país(...). Com a Lei de Terras de 1850, entretanto, o acesso à terra só passou a ser possível por meio de compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade”. (p. 482)

De acordo com MARTINS (1997):

“na mesma ocasião em que se aprovava a Lei de Terras, aprovava-se a lei que proibia, daí em diante, o tráfico de escravos para o Brasil. Ficava, assim, criado o problema do suprimento de mão-de-obra para a grande lavoura. A saída era, então promover a imigração de trabalhadores estrangeiros, especialmente europeus de países em que a expansão capitalista estava promovendo ampla expulsão de trabalhadores da terra e criando excedentes populacionais. Se os trabalhadores europeus chegassem aqui e encontrassem a terra disponível para pessoas, como eles, brancos e livres, não teriam por que trabalhar para os fazendeiros”. (p.16)

Assim fica evidente que a preocupação maior foi continuar sendo um grande proprietário e sem problemas de mão-de-obra disponível dentro da sociedade brasileira. As ações políticas geram entorno desses interesses.

O que vemos é um contínuo processo de concentração de terras, com uma estrutura fundiária repleta de desigualdade, em que um número pequeno de pessoas têm grandes extensões de terras enquanto a maioria sonha com a terra para trabalhar e cumprir a sua função social.

Segundo dados do IBGE, em 1940 os estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares representavam, cerca de 34,4% ocupando uma área de apenas 1,46% do território brasileiro e havia aproximadamente 1,50% de estabelecimentos com mais de 1000 hectares ocupando uma área equivalente a 50,86% do total.

Até 1950, não havia se constituído um movimento social que se mobilizasse contra essa realidade. No entanto, no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, começaram desenvolver movimentos mais significativos de luta por terra, em diversos pontos do território brasileiro.

Segundo MEDEIROS (2003):

“nos anos 1950, as diferentes formas de conflito presentes no meio rural brasileiro começaram a se unificar por intermédio de uma linguagem comum. Esse processo, que teve por efeito constituir a reforma agrária na principal demanda dos trabalhadores do campo, deve ser entendido a partir da disseminação, nas áreas rurais, das concepções do Partido Comunista Brasileiro (PCB), principal mediação das lutas que então se desenrolavam”. (p.14)

Desta forma a classe explorada da área rural começa se organizar para defenderem seus direitos em comum.

Essas ações eram reflexo do que a sociedade brasileira vivia desde sua criação, chegou um ponto que se fazia necessário uma mobilização, que evidenciasse as condições que os trabalhadores rurais estavam.

Além dos conflitos contra o sistema agrário, as novas elites industriais foram ganhando corpo dentro do Brasil. No entanto, não era a favor da reforma agrária, seu maior interesse era estar em concordância com velhas elites para conseguirem de alguma forma benefícios para se estabelecerem economicamente no país.

De acordo com OLIVEIRA (1987, p. 22), *“a superioridade da indústria urbana transformou os produtos da pequena indústria camponesa em artigos de luxo”*.

As ações eram para mudar as relações de trabalho no campo, modernizar de uma forma técnica e não apoiar ou promover políticas para desenvolver as relações sociais.

Diversos eventos atuaram para modificar a estrutura e o perfil da produção agrícola a partir de 1965: a consolidação do parque industrial, a instalação de um estilo de desenvolvimento visando à “modernização conservadora”, a fase ascendente do ciclo econômico conhecido como o “milagre econômico”, a ampliação de crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a

internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas, etc. (MARTINE, 1991, p. 9). Diante de todos esses aspectos, a base tecnológica da produção agrícola no Brasil, foi alterada. Essa alteração foi desigual, pois nem todos proprietários rurais conseguiram créditos para conseguirem fazer parte do processo de modernização, dessa forma a desigualdade se fazia presente mais uma vez no campo brasileiro.

São nessas últimas quatro décadas que o Brasil vem sofrendo transformações no seu quadro agrário, com uma tecnificação da agricultura, que resultou num forte fluxo de pequenos agricultores em direção a cidade. O mal resultado desse processo foi a dura realidade de serem expropriados da terra pelos latifundiários que conseguiram acompanhar as transformações.

Esse processo de modernização e a aprovação da lei dos direitos dos trabalhadores rurais que veio para garantir alguns benefícios perante a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), o Estatuto do Trabalhador Rural aprovado em 1963 teve bons propósitos, no entanto foi motivo para criação indiretamente do trabalhador volante, ou seja, o “bóia-fria”, que não tinha nenhum vínculo empregatício com o proprietário de terra, morando em favelas das cidades próximas à área rural

Segundo MARTINS (1997, p. 22), *“surge, assim, um enorme problema nacional que é o problema dos excedentes populacionais, a população sobrando, os excluídos, para os quais não existia lugar estável de trabalho e vida, que são absorvidos pela economia marginal e precariamente”*. Para o autor, o governo militar fazia desapropriação quando havia conflito e ao mesmo tempo botava na cadeia os cabeças do conflito porque eram, segundo eles, comunistas. E com isso as leis que são realizadas dentro da sociedade é para simplesmente desmontar as tensões sociais no campo e não para resolver a questão agrária brasileira.

Diante das dificuldades ao acesso à terra no país temos que salientar a ação da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra) criada em 1975, que vem dar subsídio à formação do maior movimento social do país o MST.

As manifestações dos movimentos sociais no Brasil são reflexos da concentração de terras e das desigualdades sociais existentes na nossa sociedade. De acordo com Oliveira (2001), em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil. A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedades privadas no país é igual à superfície total ocupada pelo estado de São Paulo, ou, se for somada à área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, ela equivale a duas vezes a superfície total deste mesmo estado. Diante dessa realidade, encontramos milhares de pessoas lutando para conquistar seu pequeno pedaço de terra para plantar e viver.

1.2 As origens e ações do Movimento dos trabalhadores sem terra (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é um dos muitos movimentos sociais que lutam pelo direito de permanecer no campo vivendo com dignidade.

Segundo OLIVEIRA (2001):

“assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos e violência”.
(p.189)

STÉDILE (1997) afirma que:

“O MST existe há mais de 15 anos. Na nossa evolução do processo histórico, tivemos o primeiro período, de 1979-1983, de retomada das lutas massivas pela terra, quando ocorriam ocupações e mobilizações em muitas regiões do país, mas isoladas entre si. (...) depois de um longo processo de mútuo conhecimento, de articulação entre as lideranças dessas lutas localizadas, que se constituiu formalmente como um movimento nacional, com a realização de um ENCONTRO NACIONAL DOS SEM TERRA, em janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná, com a participação de representantes de 16 estados”. (p. 102)

O Movimento dos Trabalhadores sem Terra nasceu com a característica de um movimento de massa, que realizaria assembleias, marchas, ocupações de prédios públicos, etc. Além da vontade de lutar, é preciso saber enfrentar o vários desafios que as oligarquias rurais colocaram, para impedir a reforma agrária brasileira.

O MST, luta por uma reforma agrária que reflita em todos os âmbitos da sociedade, da educação, cultura e lazer é uma proposta que representa igualdade social, justiça no campo e desenvolvimento econômico à todos.

2. Assentamento Rural Imbauzinho

2.1 A conquista da terra e as dificuldades enfrentadas: breves considerações

As experiências dos assentamentos rurais surgem no Brasil há décadas, mas ocorreram com maior ênfase após o 1º ANRA de 1985, por meio das ações desenvolvidas dos movimentos sociais e por programas governamentais.

Segundo MEDEIROS (2003):

“ao longo das duas últimas décadas, fruto da intensificação das lutas por terra e crescente organização das entidades representativas dos segmentos de trabalhadores que assumiram a identidade de “sem terra”, surgiram em todo país assentamentos rurais. A expressão nomeia um extensa gama de ações governamentais envolvendo a atribuição de terras a trabalhadores”. (p.77)

O assentamento rural Imbauzinho do município de Ortigueira/PR, é um desses assentamentos desencadeados no país.

De acordo com Medeiros (2003, p. 81), “ os assentamentos tendem a fortalecer os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituem em prova de eficácia das pressões e das formas de luta escolhidas, em especial quando a referência são as ocupações de terra e os acampamentos”.

As famílias ficaram acampadas até a legalização da área. Algumas vieram da região de Curitiba, outras eram do próprio município – arrendatários ou empregados de fazendas, e outros com significados menor de famílias da região oeste e sudoeste do Estado do Paraná. A maioria com experiências na agricultura.

As que já estavam acampadas em outros locais, ao saberem da área disponível pelo MST, dirigiram-se ao local. As famílias que moravam no município de Ortigueira e tinham cadastros no INCRA, ficaram sabendo através do mesmo sobre a área disponível, que já estava em negociação com o órgão governamental.

Esse acampamento era composto por pessoas que participavam do MST e por aqueles que não apoiavam o movimento. Essa realidade desencadeou uma certa competição entre aqueles teriam ou não direito em ficar na área após a legalização, pois o assentamento só abrigaria 27 famílias. No

entanto, após aproximadamente 3 anos de acampamento, permaneceram no local aquelas famílias que se identificaram com a área e estavam acampadas há mais tempo.

Nesse período, as famílias ficaram abrigadas em barracos construídos com eucaliptos roliços, lonas plástica, esteira de taquara e cobertas de sapé ou telhas de cimento amianto. Não possuíam vasos sanitários higiênicos e nem fontes de água protegida.

Pela precariedade de infra-estrutura, os problemas de saúde, como: verminose e doença respiratória, se agravaram. Quando havia a necessidade de atendimento médico, recorriam a sede do município. Algumas pessoas saíam do acampamento, para trabalharem como diaristas em propriedades particulares vizinhas, para conseguirem recursos financeiros até a legalização do lote. As famílias não receberam auxílios com relação à alimentação, saúde e educação. Essas foram algumas das dificuldades encontradas até serem assentados.

MEDEIROS (2003) afirma que:

“grande parte dos assentamentos existentes hoje no Brasil é produto de intervenção do governo federal, que, segundo a Constituição brasileira, detém o monopólio do poder de desapropriação por interesse social. No entanto, há também uma quantidade não desprezível de assentamentos criados pelos governos estaduais mediante compra de terras ou uso de terras públicas. Ainda existem, embora pouco significativos em termo de quantidade, aqueles criados por prefeituras municipais”. (p.78)

A área foi desapropriada pelo INCRA através do decreto nº 93011/86 de 29/08/1986. O assentamento apresenta uma área de 804,88 ha, área de reserva é de 150,99 ha, dividido em lotes que variam de 19 a 31 ha entre as 27 famílias. Cerca de 22% são provenientes de Ortigueira, 20% do oeste paranaense (Matelândia, Medianeira) e 58% da região sudoeste do estado (Marmeleiro, Capanema, Coronel Vivida, Chopinzinho, Dois Vizinhos). São descendentes de italianos, poloneses, alemães, portugueses e brasileiros (EMATER/ Ortigueira, 1988, p.02).

Esta área pertencia a João Carneiro, que criava gado e arrendava uma parte da área ,mas no momento da ocupação estava abandonada, sem cumprir a função social da terra .

Segundo OLIVEIRA (2001):

“essas grandes extensões de terra estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumento de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema política de incentivos governamentais”. (p. 187)

Vale salientar que as famílias assentadas já exerciam atividades agropecuárias como arrendatários(71%), bóias frias(19%), meeiros(7,0%), proprietários(3,0%), por tradição e exploravam culturas de feijão, milho, arroz, mandioca e criações de aves, bovinos e suínos. (EMATER/ Ortigueira, 1988, p. 02).

A distribuição dos lotes foi realizada pelo INCRA, através de sorteios. Após a legalização do assentamentos os assentados receberam os auxílios financeiros para darem início ao cultivo da terra, comprar animais, enfim darem início a uma nova realidade de vida.

Primeiramente receberam o PROCERA, para formação do pasto, construção de cercas e compra dos animais e construção das casas. Mais tarde receberam o PRONAF para o custeio da produção que de início foram plantados milho, feijão e arroz. Os projetos para conseguirem o financiamento foram feitos pela EMATER.

Apesar das dificuldades já mencionadas, esses moradores estão satisfeitos em terem um pedaço de terra para plantar e sobreviver.

“Mesmo com tantas dificuldades, hoje vejo que valeu a pena”. (Sr. Antônio)

O relevo predominante é suavemente ondulado, com altitude entre 750 e 850 metros. Os solos são pouco férteis, que exigem pesadas calagens e correção de fósforo.

A falta de recursos financeiros e problemas decorrentes de fatores climáticos, levou-os a frustração da primeira safra. Os recursos chegaram após dois anos e nesse período, os assentados foram desenvolvendo a lavoura com poucos recursos que tinham adquirido em trabalhos temporários fora do assentamento.

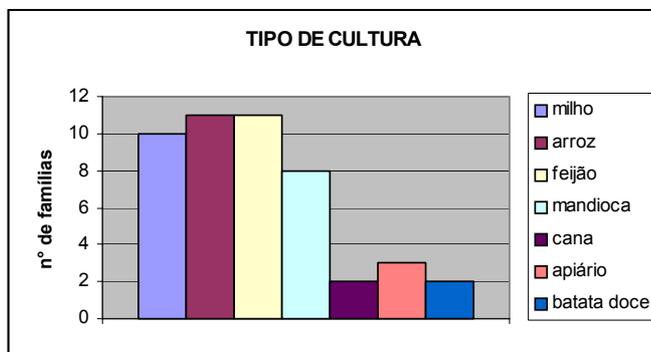
Inicialmente os assentados, não tinham rede elétrica disponível, o abastecimento de água para a produção e consumo eram feitas por meio de minas disponíveis em todos os lotes; faltava recursos para a aquisição de equipamentos motores para bombear a água.

Apesar da área assentada estar localizada próximo á rodovia BR – 376, a estrada vicinais do assentamento são precárias dificultando a circulação para o escoamento da produção.

2.2 O atual quadro agrário do assentamento

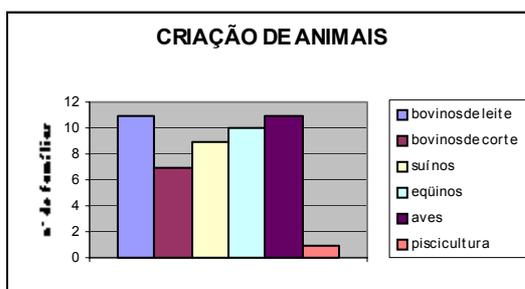
O quadro natural do assentamento, a falta de recursos financeiros e ausência de auxílio técnico, são fatores limitantes, quanto a implantação de determinadas culturas. Assim, as principais atividades desenvolvidas são a pecuária leiteira, culturas de subsistência e a produção do mel, como demonstra a figura 01 e 02.

Figura 01
Assentamento Rural Imbauzinho: tipos de culturas desenvolvidas pelas famílias



Fonte: Gráfico organizado pelas autoras com base em dados em pesquisa in loco2004.

Figura 02
Assentamento Rural Imbauzinho: criação de animais pelas famílias



Fonte: Gráfico organizado pela autora com base em dados em pesquisa in loco2004.

Seguida da pecuária leiteira, as culturas de subsistência são significativas. Além de fazerem parte da alimentação diária dos assentados, essas culturas não exigem tecnologias modernas. O milho além de ser utilizado para o próprio consumo, também se destina aos animais, tais como: os suínos, os bovinos, os eqüinos e aves, cujo o excedentes é comercializado na sede do município. Um número menor dos assentados cultiva a mandioca, um alimento nutritivo que também faz parte da alimentação diária e não requer recursos tecnológicos. A cana faz parte da alimentação do gado.

Ortigueira, é considerado um grande produtor de mel, no entanto somente 3 assentados, tem seus apiários. A EMATER de Ortigueira, desenvolveu um projeto junto aos assentados para cultivar mel, mas hoje a produção está em torno de 25 latas/ano (625 Kg). É vendido na sede de Ortigueira, em Imbaú, e em Reserva. Uma maior parte é comercializado às margens da BR-376 rodovia próxima ao assentamento.

A bata doce cultivada no assentamento está restrita ao consumo das famílias que cultivam.

Quanto à criação de animais, os bovinos merecem destaque, pois todas famílias entrevistadas, criam gado leiteiro e de corte, os quais são comercializados junto aos fazendeiros da região, no Laticínio de Ortigueira e no entre posto da Batavo de Imbaú.

Percebemos que o número de famílias que contam com bovinos, aves e eqüinos são praticamente o mesmo. As aves são utilizadas como uma das principais fontes de proteína das famílias assentadas, mas também tem um valor comercial, que ajuda na renda mensal dos assentados. Quanto aos eqüinos, auxiliam no preparo do solo e também um meio de locomoção dos assentados. A criação de suínos é destinada ao auto consumo, mas contribui na renda mensal dos assentados, ao comercializarem a carne em ocasiões especiais, como nas festas natalinas.

Somente uma família entrevistada, está começando cultivar peixes, mas por falta de recursos financeiros, para comprar ração, não está conseguindo bons resultados.

A assistência técnica tem um papel muito importante às famílias assentadas, no entanto, esses agricultores não recebem esse auxílio. Falta orientação no que diz respeito à correção do solo, na escolha das culturas, na utilização das técnicas agrícolas (rotação de culturas, curvas de nível), na dosagem dos insumos, enfim conhecimentos técnicos desses profissionais para garantirem uma maior produtividade e evitar desgaste do solo.

Apesar dos assentados entrevistados utilizarem implementos agrícolas, como: plantadeira, pulverizador, arado e grade, é importante ressaltar, que são todos manuais ou, são associados à tração animal.

Nove assentados utilizam-se do trator, no entanto somente duas famílias tem o seu próprio e o restante paga de R\$ 30,00 a R\$ 40,00 a hora máquina, para efetuar o serviço.

Os adubos, inseticidas, calcário e herbicidas são menos utilizados devido ao custo financeiro dos mesmos.

Quanto à relação de trabalho o Assentamento Rural Imbauzinho é caracterizado pela força de trabalho familiar, pois todos as famílias realizam suas atividades no lote, variando de 01 a 05 pessoas. Dos entrevistados cinco pessoas também trabalham em outras propriedades para aumentar a renda mensal da família. Quatro famílias em época de colheita ou preparo da terra contratam mão-de-obra para auxiliarem nos serviços. Oito famílias utilizam troca de dias de serviços, em períodos de

colheita, plantio, para cuidar das criações, consertar cercas e roçar o pasto. As características à cima fazem relação aos elementos estruturais de Tavares dos Santos, podemos destacar as seguintes denominações, força de trabalho assalariada e a ajuda mútua respectivamente, citados por Oliveira (1987, p. 69).

Quanto aos financiamentos, das 11 famílias entrevistadas cinco fazem. A maior preocupação é em conseguir pagar, pois as taxas de juros cobrados pelos bancos são consideradas altas por eles. Há também uma preocupação em obter boa produtividade no momento da colheita, suficiente para cobrir os gastos e auferir alguma renda.

É nesse contexto que percebemos que os assentados, de certa forma, movimentam a economia do município, pois comercializam seus produtos e fazem compra ao mesmo tempo.

As principais dificuldades são no momento de comercializar seus produtos agrícolas com um preço satisfatório que cubra as despesas realizadas no processo produtivo, pois os insumos, sementes, a hora/máquina são muito caros e, no momento da venda os agricultores só encontram preços baixos.

Quanto a infra-estrutura, o Assentamento Rural Imbauzinho, possui rede de elétrica, uma escola de 1ª a 4ª série, um posto de saúde que recebe uma funcionária diariamente – para verificar pressão arterial, aplicar injeções e dar os primeiros socorros – o médico atende de 15 em 15 dias, contam com transporte escolar fornecido pela Prefeitura e com bomba elétrica para captação da água.

No entanto, há muito que reivindicar, principalmente quanto melhorias nas estradas internas, atendimento médico todos os dias, instalação de um telefone próximo as casas e abertura de uma escola que atenda o curso fundamental do 1º ao 4º ciclo.

“Precisa de equipamento e médico todos os dias no nosso posto de saúde”. (Zilda de Souza)

Os assentados fazem suas compras na sede do município de Ortigueira, em Telêmaco Borba e em Imbaú.

As casas das famílias entrevistadas são construídas de madeira ou alvenaria.

2.3 Perspectivas

O Assentamento Rural Imbauzinho já está consolidado, é um dos mais antigos, foi criado após o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária(PNRA) de 1985. Mais de 50% dos entrevistados, estão assentados desde o início, os demais fazem em média de 8 a 9 anos. Não têm perspectivas de deixar o local, pois estão satisfeito com a terra que conseguiram, para plantar e sobreviverem.

Os assentados estão conseguindo manter-se com que estão produzindo no momento, culturas simples e imediatas. Não verificamos a possibilidade de uma mudança estrutural, nem existe a ambição de produzir algo mais rentável.

Dentro dessa perspectiva os jovens vão para as áreas urbanas, em busca de empregos e de novas perspectivas de vida.

Quanto ao futuro dos filhos, existem diversas opiniões e planos para os mesmos, para algumas famílias, os casais já são de meia idade, e os filhos já casaram e moram fora do assentamento. Mas de modo geral todos querem que sejam felizes, que tenham saúde e lugar para trabalhar. Conforme os depoimentos abaixo:

“Gostaria que ficassem na propriedade, porque na cidade é difícil de dar certo”. (Hivo Machado)

“Que cada um siga o caminho que desejar, mas que sejam felizes”. (Luiz Gomes)

Quanto à desenvolver novas atividades agrícolas, os assentados não têm interesse, somente em melhorar o que já possuem.

“Quero arrumar o pasto e corrigir a terra (adubo, calcário)”.

Considerações finais

O Brasil desde seu processo de colonização até as atuais políticas públicas, são lentas diante da dimensão do problema fundiário. Temos uma distribuição fundiária desigual, e uma massa de trabalhadores que luta e passa por muitas dificuldades para conseguir seu pequeno pedaço de terra. Para elite agrária, não é interessante fazer a reforma agrária, porque o país de alguma forma conseguiu desenvolver a indústria, a economia, sem passar por esse processo. No entanto, os problemas sociais não foram amenizados, com alto índice de desemprego e exclusão social.

A partir da organização da população menos favorecida que o governo desenvolveu alguma política para solucionar o problema agrário. Uma dessas políticas foi a criação dos assentamentos rurais, em que o Estado desapropria uma área e distribui os lotes à famílias sem terra. Mas, a sociedade paga um preço muito alto pelas áreas desapropriadas, tornando assim um negócio rentável aos grandes proprietários de terra. Dessa forma, observamos que não existe uma verdadeira reforma agrária.

Notamos que se os assentados tivessem orientação técnica e segurança na comercialização dos produtos agrícolas (preço), teriam uma perspectiva mais promissora no desenvolvimento do assentamento.

De um modo geral, os assentamentos tem um papel muito importante dentro da sociedade brasileira, pois, apesar de não ser um número muito grande de assentados, esses encontram-se com suas casas próprias e sua pequena área para trabalhar. As famílias em sua maioria sonham em melhorar as condições de benfeitorias do lote e a produtividade, mas não almejam conseguir mais terras ou montar um grande negócio, seus objetivos estão restritos as condições do lote.

Observamos que mesmo com tantas dificuldades as famílias pesquisadas, têm um lugar para morar, para plantar e não estão em condições de miséria, situação comum encontrada por muitos nas grandes cidades.

“Aqui nós temos a terra para plantar, estamos satisfeitos com o lote”.

“Agora não somos mais empregados”.

Os assentamentos rurais não só geram trabalho e fixam o homem no campo, como também contribuem para a produção de alimentos e influenciam na economia local.

Referencias Bibliográfica

EMATER. **Projeto de aproveitamento econômico do Assentamento Imbauzinho**. Ortigueira, 1988.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *In: Lua Nova*, n° 23. São Paulo: CEDEC, março, 1991.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST, *In: A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: histórias e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária, *In: Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, vol. 1 nº1 (2001). São Paulo: IEA, 2001.

_____. Agricultura brasileira: transformações recentes, *In: ROSSE, J. L. S. Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ FDE, 1995. P. 467-534.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987

STEDILE, João Pedro. **A luta pela Reforma Agrária e o MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.